

Discurso da Sessão solene do 49º aniversário do 25 de Abril

Assembleia Municipal de Odivelas de 25.04.2023

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, *Miguel Cabrita*

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal, *Hugo Martins*

Ex.mos Sr.s Presidentes das Juntas de Freguesia

Ex.mos Sr.s Representantes das Autoridades civis, militares e religiosas presentes

Ex.mos Sr.s Convidados para esta Sessão solene

Celebra-se hoje o 49º aniversário do 25 de Abril de 1974, já muito próximo do seu cinquentenário. São indesmentíveis as mudanças e melhorias significativas que Abril, aliada à consolidação do regime democrático vigente alcançada só em 25 de Novembro de 1975, trouxeram ao nosso País, ora senão vejamos apenas alguns dados: Em 1975, um ano após o 25 de Abril, havia apenas 39% de mulheres trabalhadoras no Mercado de trabalho, hoje são 50% exatamente o mesmo número de homens e mulheres trabalhadoras; Em 1970, só 47% das habitações tinham água canalizada potável, em 2011 esta água chegava a 99% das casas portuguesas. Por outro lado, 49 anos depois ultrapassamos por um preocupante Inverno demográfico que não pode deixar de preocupar a nossa classe política, com números perturbadores face à média europeia, tais como: o Envelhecimento cresceu drasticamente nas últimas quatro décadas- em 1970, Portugal tinha 34 idosos por cada 100 jovens, em 2021 registávamos um dos piores resultados a nível europeu, com 182 idosos por cada 100 jovens, ou seja, quase o dobro dos idosos face ao número de jovens. Esta cifra revela bem o adiamento dos jovens em constituir família em Portugal, seja pelos baixos salários auferidos pelos jovens, pelo preço exorbitante das habitações praticado no mercado ou pela falta de políticas públicas de arrendamento acessível para os jovens, o que os leva a ser pais cada vez mais tarde e a atrasar o número de crianças que nascem no País, transportando-nos aos piores resultados de sempre quanto ao nível da juventude comparado com o do envelhecimento. No mesmo sentido, a Taxa da poupança das famílias portuguesas reduziu drasticamente enquanto o nível de endividamento das mesmas aumentou nas últimas quatro décadas- em 1975, um ano após o 25 de Abril, as famílias portuguesas poupavam 26,2% do rendimento mensal do seu agregado familiar, nos últimos Census 2021 a Taxa de poupança das famílias não ultrapassava os 9,7%, o que significa que hoje, após o início da invasão da Ucrânia e a escalada dos preços a nível mundial que resultou na Inflação que tem fustigado as famílias portuguesas, com toda a certeza o nível da Poupança das famílias portuguesas estará já bem baixo deste valor já por si diminuto. Mas talvez o dado que mais coloque em causa a Democracia portuguesa seja o impacto das abstenções por parte das novas gerações por alheamento ou desconhecimento da

realidade política nacional ou local, e por parte dos eleitores resignados com o atual estado do regime, no qual não vêm quaisquer melhorias nas últimas décadas, e que por isso se afastam do sistema abstendo-se por desinteresse destas realidades políticas. A 25 de Abril de 1975, nas primeiras Eleições Legislativas, a Taxa de abstenção cifrava-se em 9%, nas últimas Eleições Legislativas em 30 de Janeiro de 2022 a Taxa de abstenção ultrapassou os 49%. Nas primeiras eleições livres, 91,7% dos 6,2 Milhões de eleitores recenseados elegeram os primeiros deputados que prepararam e votaram a nova Constituição. Foi este o valor mais elevado registado de participação em eleições democráticas em Portugal, muito longe do contexto atual de abstenção galopante.

Recordemos, então, o momento dessas primeiras eleições livres em 1975 com mais pormenor: Concorreram à Assembleia Constituinte 14 partidos, mas nenhum conseguiu apresentar listas em todos os círculos eleitorais, em parte devido à fraca implantação territorial das forças políticas. O PCP, fundado 54 anos antes, era então o único Partido a dispor de estrutura organizativa e ideológica, mas também não conseguiu candidatar-se a todos os círculos porque nunca tinha ido a votos. O ambiente esse era de incerteza, partilhada entre partidos e eleitorado, relativamente ao peso eleitoral das respetivas forças políticas.

A campanha eleitoral começou dia 2 de Abril (13 dias antes do Ato eleitoral nacional) e contou com uma forte mobilização de cidadãos e Partidos, com grande adesão aos comícios, manifestações e sessões de esclarecimento, os principais meios de campanha. **Havia essencialmente dois posicionamentos distintos:** O da Esquerda radical (PCP, MES, MDP e UDP) que questionava a legitimidade das eleições, consideradas um mero instrumento complementar à Revolução; O dos Moderados (PS, PPD e CDS), o qual pelo contrário, apostaram na conquista de votos como reforço da sua legitimidade. Esta dualidade foi também consequência do 11 de Março, que tornou mais difícil a cooperação entre os Partidos mais moderados que tinham representação nos governos provisórios, e a extrema-esquerda, que acabou por se unir.

A 25 de abril de 1975, votaram para a Assembleia Constituinte mais de 5,7 Milhões de portugueses. Um valor histórico que constituiu uma clara demonstração de apoio da população ao regime democrático que se consolidava. Dos 14 partidos concorrentes, apenas 7 obtiveram representação parlamentar (PS, PPD, PCP, CDS, MDP/CDE). A grande surpresa — numa eleição em que não foram permitidas sondagens durante a campanha — foi o fraco resultado do PCP, que se ficou por apenas 12,5% (*muito longe dos 3,5% projetados na última sondagem deste mês*) e foi a 3ª força mais votada, contra todas as expectativas em torno da sua capacidade de mobilização e militância mais consolidada. À frente ficaram o PS, com 37,9%, e o PPD, com 26,4%. Em 4º lugar ficou o CDS, ausente dos governos provisórios, mas com 7,6% dos votos, elegendo assim 16 deputados à AR. Os resultados eleitorais traduziram-se, portanto, numa Assembleia mais moderada, com o triunfo da legitimidade eleitoral contra a legitimidade revolucionária.

E é exatamente partindo do pressuposto do triunfo da legitimidade eleitoral e da democracia representativa e participativa sobre a legitimidade revolucionárias (invocada por alguns) e da democracia popular e direta que aqui vos falo. Não porque dê como certo que a Democracia, à qual reconheço naturalmente imperfeições e necessidade de melhoramento permanente no quotidiano, esteja hoje mais preparada e blindada aos radicalismos e extremismos à Esquerda e à Direita, mas porque sei que este regime oferece aquilo que nenhuma Ditadura poderá oferecer: *Esperança na Mudança*. A capacidade de se transformar dando novas respostas face às novas exigências dos eleitores. É certo que é preciso acelerar o tempo de resposta da Democracia perante novas questões, mas nunca é demais recordar que uma Democracia com 49 anos de existência, que passou por várias tentativas de radicalização e até de derrube durante o PREC, só permanece robusta e fortificada porque a Soberania Popular nunca foi maculada. A chave do sucesso da nossa Democracia, ainda que muitas vezes não lha queiram legitimidade atribuir, reside num Povo moderado, sensato e que nunca se engana no sentido de voto que exerce nas urnas, porque é nele que reside a Soberania.

Sucede, porém, que ao aproximarmo-nos vertiginosamente dos 50 anos do 25 de Abril é tempo de pensar o futuro do País no próximo meio século de Democracia, e de concretizar tudo aquilo que embora nos foi prometido em Abril está ainda por realizar. Falo-vos, claro está, das garantias de cuidados de Saúde nas Unidades de Cuidado de Saúde Primários através da atribuição de um Médico de família a todos os portugueses, tal como prometera o atual Governo, falo-vos da melhoria das condições de trabalho e dignificação das Forças de Segurança e dotação de meios humanos e físicos para o cumprimento da sua função constitucional de prestar e garantir a Segurança Pública, falo-vos da melhoria das condições de trabalho e salariais dos Professores (designadamente quando é necessário deslocalizar a sua residência para lecionar), os quais anunciaram já fazer greve até ao final do presente ano letivo caso o atual Governo mantenha as suas imposições negociais junto dos sindicatos, falo-vos da necessidade urgente de construção de um Parque habitacional público que permita ao Estado mitigar os efeitos da inflação imobiliária experimentada atualmente no mercado do arrendamento e da construção, sem que para isso o atual Governo recorra aos imóveis dos privados com vista ao arrendamento coercivo numa exigência violenta e desigual de concretizar através de meios de outros aquilo que há quatro décadas ele próprio nunca conseguiu realizar. E falo-vos, por último, ao mecanismo de escape que a Democracia, a qual tem sabido resistir aos extremismos à Esquerda e à Direita devido as características já referidas do Povo português, têm de desencadear perante a soberba e a arrogância das Maiorias Absolutas. Nenhuma Democracia subsiste durante muito tempo a uma Maioria que se impõe, que não ouve e não consulta, que não faz pontes nem está disponível para cedências, que desconsidera a importância e o trabalho realizado pelos seus Eleitos Municipais, que ignora as suas perguntas na Assembleia Municipal, que não responde ao seus requerimentos e que, por fim, acha que reunir o órgão máximo do Município é um procedimento obrigatório ao qual tem de ser dado cumprimento legal, mas que só se deve fazê-lo quando haja condições políticas para o efeito, entenda-se condições benéficas para a Maioria Absoluta que suporta o Executivo. Melhorar a

Democracia do País é um desígnio, mas esse trabalho de aprofundamento do regime e de concretização prática da Democracia começa diariamente por quem detêm funções Autárquicas, nas freguesias e nos Municípios do nosso País, não podendo estes limitar-se a organizar e a celebrar anualmente Sessões solenes alusivas ao 25 de Abril, e não materializar a Liberdade de Abril e a Democracia de Novembro durante o resto do ano civil.

Sobre as Maiorias Absolutas recorde o poema dirigido à Ditadura militar brasileira denominado *“Apesar de Você”* de Chico Buarque de Holanda:

“Hoje você é quem manda/ Falou, tá falado/ Não tem discussão, não/ A minha gente hoje anda/ Falando de lado e olhando pro chão/ Viu?/ Você que inventou esse Estado/ Inventou de inventar/ Toda escuridão/ Você que inventou o pecado/ Esqueceu-se de inventar o perdão.”

É, por isso, que que recordámos no discurso do ano passado e recordaremos todos os anos que a Liberdade que celebramos e a única que conhecemos não tem donos, não tem cores e não tem cravos de uma só tonalidade, mas é antes o único caminho para a concretização da Democracia, esta que é plural, multicolor e multicultural, e que é de tantas as tonalidades quanto as sensibilidades existentes. Caso a Liberdade assim não fosse, regressaríamos à ditadura de poucos ou implementaríamos outra em seu lugar.

Evocando a Liberdade com o realismo de quem nunca abdica da moderação e dos valores democratas cristãos, regresso ao recente Prémio Camões 2019, Chico Buarque de Holanda, para deixar uma mensagem de *Esperança na Mudança*:

“Alô, Liberdade. Desculpa eu vir assim sem avisar, mas já era tarde. Eu tenho tanta alegria, adiada, abafada, quem me dera gritar. E por fugir ao contrário, sinto-me duas vezes mais veloz. Vem, mas vem sem fantasia. É sempre bom lembrar que um copo vazio está cheio de ar.”

Viva o 25 de Abril!

Viva o 25 de Novembro!

E viva sempre, e sobretudo, Portugal!

O Deputado Municipal de Odivelas eleito pelo CDS-PP

João Pedro Galhofo